

A TEORIA LINGÜÍSTICA EM ARISTÓTELES*

Maria Helena de Moura NEVES**

RESUMO: Como expressão de tudo o que é, a linguagem merece grande atenção de Aristóteles. Ele define a natureza do *lógos* (Política) e examina a sua função em vista de uma concepção ontológica (Categorias) e lógica (Da interpretação). Distingue, também, uma função prática da linguagem, e, assim, abre um campo específico para o exame da *lêxis*, a *elocução retórica* (Retórica) e *poética* (Poética). A atenção à *lêxis* põe em evidência o *significante*, mas fica sempre em primeiro plano a *eficiência* da comunicação, *garantida pelo conveniente uso dos recursos de elocução*.

UNITERMOS: Aristóteles; *lógos*; *lêxis*; *significação*; *convenção*; *proposição*.

INTRODUÇÃO

Na vasta obra de Aristóteles há uma variedade muito grande de disciplinas a cujo estudo o vemos aplicado. Descrevendo desde os corpos físicos até as atividades criadoras (a *poiesis*) do ser humano, ele se move entre quase todas as ciências, e em todas elas examina a *ousía*, vista nas suas várias modalidades, e assim também variadamente expressa. A linguagem é a expressão de tudo o que é, e Aristóteles a estuda onde quer que apareça, pois é só através de seu exame que a “realidade”* pode ser examinada.

Na descrição dos corpos vivos ele chega ao homem, animal que se distingue dos outros por suas funções intelectivas. O exame particular dessas funções — contido nos livros cujo conjunto forma o *Organon* — destaca um fato eminentemente humano que é o exercício da linguagem. Especialmente importante é o es-

tudo das categorias de pensamento, que se colocam em relação problemática com as categorias lingüísticas, desde que *kategoron* é “dizer as coisas”, “expor a realidade através da linguagem”.*

1. A NATUREZA DA LINGUAGEM HUMANA

Aristóteles examina o suporte biológico da função lingüística quando, estudando os diferentes sentidos e seus órgãos, fala da voz como um som ouvido. Já registra que não há um órgão da fala, pois a produção da voz põe em ação órgãos já dotados de funções biológicas determinadas. Não fala ainda, aí, da palavra, mas da voz, que não é atributo exclusivo do homem, mas de todos os seres animados (*Da alma II*, 8, 420b 5 et seq.). A voz é condição para a linguagem, mas não é a linguagem. A capacidade de articular sons implica a capacidade de emitir sons, mas a recíproca não é verdadeira.

* Este trabalho resulta da reformulação de um tópico de minha tese de Doutorado, *A emergência da disciplina gramatical entre os gregos*, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas), em 1978.

** Professora Assistente-Doutora do Departamento de Lingüística do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — Campus de Araraquara, UNESP.

* Na palavra *realidade* há o perigo da intervenção de um conceito que é moderno e que não está bem de acordo com a vivência grega. O grego não possuía um vocábulo para exprimir o que chamamos *realidade*. “Realidade”, para o grego é ser (*ousía, gignomai*). Assim, pois, se entenda aqui esse termo.

* Ver a nota anterior.

É na *Política* (I, 2, 1253) que vai ser explicada a natureza da linguagem. O animal político (*zōon politikón*) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar, pois sem linguagem não haveria sociedade política. Diz Aristóteles que o homem é um animal político mais do que as abelhas ou os outros animais gregários. A natureza não faz nada em vão e, dentre os animais, o homem é o único que ela dotou de linguagem. Sem dúvida a voz (*phoné*) é uma indicação de prazer ou de dor, e também se encontra nos outros animais; o *lógos**, porém, tem por fim dizer o que é conveniente ou inconveniente e, conseqüentemente, o que é justo ou injusto. Isso é, com efeito, o que é característico do homem em face dos outros animais: que só ele tenha o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto ou outros valores semelhantes. E é a posse comum desses valores que faz uma família e um Estado.

O finalismo explica, pois, a linguagem, como explica o Estado. Se a natureza não faz nada em vão, e se o homem é o único animal que ela dotou de linguagem, isso significa que a linguagem está no homem suscitada pela sua vocação de animal político e operada pela sua natureza, a fim de que essa vocação se possa cumprir. Só a voz articulada, a palavra humana, tem um sentido, o qual é dado pela faculdade exclusivamente humana de distinguir o bem do mal, o justo do injusto, isto é, pela condição de animal político que é característica do homem. A base para as sociedades é a possibilidade de comunicação dessas distinções. Elas é que caracterizam os agrupamentos humanos e, portanto, o Estado.

Essa associação entre a linguagem como característica biologicamente natural do homem e a linguagem como característica natural humana de animal políti-

co organiza-se coerentemente e converge para uma teoria da significação.

A partir da fundamentação biológica, o homem é caracterizado como capaz de, por natureza, articular sons e organizá-los numa linguagem. A partir das considerações sobre ciência política, o homem é caracterizado como capaz de, por meio da linguagem, exprimir o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto e, desse modo, organizar uma sociedade política. Na associação da concepção biológica com a concepção finalista do homem como animal político se assentam as concepções que vão ser desenvolvidas nas obras de Aristóteles em que o *lógos* é posto em questão:

1 — a linguagem é natural no homem porque corresponde à sua natureza de animal racional e responde à finalidade de animal político a que ele é destinado;

2 — condição da sociedade política, a linguagem é exatamente um exercício político e, por isso, existe acordo (*nómos*, *synthéke*) na base da linguagem, o que ainda é propiciado pela capacidade intelectual do ser humano, a qual provê a referência da linguagem às coisas;

3 — assim como existe uma forma acabada de sociedade — o Estado —, em que o homem cumpre seu fim e sua natureza, distinguindo o bem do mal, o justo do injusto, existe uma forma de linguagem também acabada, que expressa a verdade e atinge a *phýsis*; é esse o discurso que reflete a posse comum da sociedade política perfeita — a que implica *synthéké* —, expressando as distinções que caracterizam a natureza e a finalidade do homem.

O *lógos* tem, assim, por natureza, um caráter político. Como linguagem própria da cidade, ele é, afinal, o discurso retórico e, portanto, uma linguagem de exercício político, uma linguagem prática. Há, po-

A partir da consideração — iniciada por Platão e completada especificamente por Aristóteles — do *lógos* como um todo que se compõe de partes articuladas, o termo *lógos* adquire um novo significado, passando a nomear o discurso que expressa os juízos. E no *Da interpretação* que, como veremos, Aristóteles fala do *lógos apofântico* (4, 12a).

rém, uma linguagem da ciência, que é o *lógos* onde está a verdade ou a falsidade. Na *Retórica*, Aristóteles o verá em sua função prática. No *Da interpretação* ele é visto em sua função representativa de discurso do ser, discurso que é, por excelência, a proposição, a qual revela as coisas porque representa a verdade de suas relações*.

2—O PROBLEMA DA SIGNIFICAÇÃO

As proposições se compõem de palavras, as quais, porque têm um significado, diferem da simples voz. Qual esse significado? Qual a visão aristotélica da relação entre as palavras e as coisas?

Duas definições, aparentemente soltas no início do livro das *Categorias*, já apresentam essa visão: são as definições de homônimos e de sinônimos. *Homónyma* são as coisas das quais somente o nome é comum, enquanto a noção designada pelo nome é diversa (1, 1a 1-3). *Synónyma* são as coisas que têm comunidade de nome e identidade de noção (1, 1a 6-8).

Nas *Refutações sofisticas* diz Aristóteles que entre os nomes e as coisas não há semelhança completa: os nomes são em número limitado, enquanto as coisas são infinitas em número. Em conseqüência, é inevitável que muitas coisas sejam significadas por um mesmo e único nome (165a 10 et seq.). Pouco antes ele dissera não ser possível trazer à discussão as próprias coisas, sendo necessário que, em lugar delas, nos servamos dos nomes como de símbolos (165a 7)*.

Assim, os nomes são símbolos das coisas, mas a relação entre o conceito (*noéma* e o sinal (*semeion*) ou entre a coisa (*prágma*) e o nome (*ónoma*) não é sem-

pre de congruência. Não se cobrem sempre inteiramente conceito e palavra. O que está no som é símbolo do que está na alma, mas não necessariamente o conceito que está no som, o significado, é congruente com o conceito que está na alma, embora só sob as formas de linguagem possam ser apreendidos os conteúdos mentais.

Entre conceito, palavra e objeto há sempre correspondência, mas não necessariamente congruência; a expressão linguística revela a relação conceitual e, por meio dela, revela a coisa, mas entre a coisa e o nome não há relação de semelhança. A relação que existe vem explicitada no *Da interpretação* (16a 3), onde se diz que o que está nos sons emitidos pela voz é símbolo dos estados de alma (*pathémata tês psychês*) e as palavras escritas são símbolos das palavras emitidas pela voz; e do mesmo modo que a escrita não é a mesma para todos os homens, as palavras faladas não são também as mesmas, se bem que os estados de alma dos quais essas expressões são signos imediatos sejam idênticos para todos, como são idênticas também as coisas das quais esses estados são as imagens.

Assim, o mesmo tipo de relação que existe entre a linguagem escrita e a linguagem falada existe também entre a linguagem falada e os estados de alma: é uma relação simbólica, não-natural. A relação entre a linguagem e as coisas é mediata, porque passa pelos estados de alma. Estes são imagens (*homoiómata*) das coisas e, portanto, como elas, são idênticos para todos. Entre as coisas e os estados de alma a relação é imediata, e ambos são substituíveis entre si. Daí Aristóteles ter feito a substituição nas suas próprias formulações: nas *Refutações sofisticas* (165a 17), ele diz que nos servimos dos nomes como

* No *Da interpretação*, Aristóteles se atém ao estudo das proposições e diz: "Deixemos de lado os outros gêneros de discurso; seu exame é, preferentemente, obra da retórica ou da poética" (IV 17a, 5 et seq.). Note-se que o termo português *proposição* indica com felicidade o caráter nolitico do *lógos*.

* Notar o sentido primitivo de *symbolon*: objeto cortado em dois, do qual dois hóspedes conservavam cada um uma metade, que era transmitida aos filhos; a reaproximação dessas duas partes (*sybállo*, "lançar junto") fazia que os portadores se reconhecessem e provassem as relações de hospitalidade contratadas anteriormente.

simbolos *das coisas*, enquanto no *Da interpretação* diz que os nomes são símbolos *dos estados de alma*.

As palavras, então, não são as mesmas para todos porque elas não se assemelham às coisas. A relação de semelhança existe entre os estados de alma e as coisas, mas entre a linguagem e os estados de alma o que há é uma relação de significação.

Definindo o nome, Aristóteles diz; no *Da interpretação* que ele possui uma significação "convencional" (*katá synthéken*) (2, 16a 19). A mesma obra explicita: "significação convencional na medida em que nada é *por natureza* um nome, mas somente quando se torna *símbolo*, porque, mesmo quando sons inarticulados como os dos animais manifestam alguma coisa, nenhum deles constitui, entretanto, um nome" (2, 16a 26-28). Na verdade os sons inarticulados dos animais não se referem às coisas, apenas revelam emoções; as coisas só têm nomes se os homens convenciam os sinais, tornando-os símbolos. Símbolo é, pois, por definição, *katá syntéken*. Uma prova disso é que as partes dos nomes não nomeiam as partes das coisas, pois nenhuma parte da palavra tem significação quando tomada separadamente (2, 16a 19-21).

Ao definir discurso, Aristóteles ainda afirma, no *Da interpretação*, que todo discurso tem uma significação, não entretanto como *instrumento natural* (*organon*), mas, *por convenção* (*katá synthéken*) (4, 16b 35-17a 1). A oposição *organon/katá synthéken* implica a oposição *organon/symbolon*: nada é por natureza um símbolo; uma forma sonora só se erige em símbolo mediante a imposição de sentido efetuada pelo espírito. Isso significa, aliás, que a *convenção* de que fala Aristóteles não se opõe a uma *phýsis* das

coisas, mas à natureza do próprio nome, de sua forma convencional. Uma palavra é símbolo (portanto, entidade intencional) de um conteúdo mental, e este é semelhante à coisa significada. A teoria da significação aristotélica prevê, pois, o signo, o conceito e o referente. Este não é simplesmente a coisa individual, pois o intelecto pode representar Sócrates, por exemplo, como homem, como animal, como bípede, como branco, como uma espécie etc. Através desses conceitos as palavras se referem a tudo o que existe.

Há, pois, nos nomes, *significação*, algo que resulta de acordo e convenção, algo que está na esfera do simbólico, não, portanto, no reino da *phýsis*, onde só se entra quando vem acrescentado *ser* ou *não-ser*, isto é, na proposição*. Esta é a *apóphansis*, a "manifestação", onde o que há não é apenas significação. Não é *apóphansis* todo discurso, mas só aquele que é susceptível do verdadeiro e do falso, aquele, portanto, que faz ver o que as coisas são e o que não são**.

Diz Aristóteles, no *Da Interpretação* (1, 16a 10 et seq.) que assim como existe na alma ora um conceito independente do verdadeiro e do falso ora um conceito a que pertence necessariamente um ou outro, assim é também com a palavra, porque é na composição (*syntesis*) e na divisão (*diaíresis* que consistem o verdadeiro e o falso. Em si mesmos os nomes e os verbos não são verdadeiros nem falsos; um nome, por exemplo, significa alguma coisa, mas não é ainda nem verdadeiro nem falso, a menos que se acrescente que *ele* é ou que *ele não é*, falando absolutamente ou com referência ao tempo.

Um conceito em si não é verdadeiro nem falso, e somente na composição de

* No *lógos* aristotélico, *ser* fica, pois, em um estatuto diferente. Diz Aristóteles que o ser, assim como o não-ser, não é signo da coisa, se é empregado só; em si mesmo ele nada é, mas acrescenta ao seu próprio sentido uma certa síntese que é impossível de conceber independentemente das coisas compostas (*Da interpretação*, 3, 16b 22-25).

** Para a visão heideggeriana do signo aristotélico como apofântico, embora encaminhando para a visão helenística do signo como simplesmente designativo, veja-se BEAUFRET (2, p. 70-89). Para uma refutação parcial dessa visão, veja-se AUBENQUE (1, p. 112-113). Para o que se trata a seguir, veja-se AUBENQUE (1, *op. cit.*, cap. 2, "Être et langage").

um conceito com outro está verdade ou erro. A afirmação — ligação dos conceitos — é retrato daquilo que é unido na realidade, retrato esse produzido no pensamento; a negação — separação dos conceitos — é, da mesma forma, retrato daquilo que é separado na realidade, retrato produzido no pensamento.

Na *Metafísica*, Aristóteles diz que a verdade ou a falsidade dependem, do lado dos objetos, de sua união ou de sua separação, de sorte que estar na verdade é pensar que o que é separado é separado e o que é unido é unido, e estar na falsidade é pensar contrariamente à natureza dos objetos. (10, 1051b 3). E assim como isso se produz na alma, também se produz na linguagem, pois as palavras são símbolos dos estados de alma. A proposição verdadeira é, pois, a que reproduz a composição das coisas.

Ao definir discurso, no *Da interpretação*, diz Aristóteles que cada parte, tomada separadamente, apresenta uma significação como enunciação, não como afirmação ou negação. Assim, a palavra *homem* significa alguma coisa, não, entretanto, que é ou que não é, pois não há afirmação ou negação a não ser que se acrescente outra coisa (4, 16b 26-29). Os termos isolados são, portanto, significativos, mas não são nem verdadeiros nem falsos, enquanto a composição ou a divisão manifestam a relação entre as coisas porque, julgando-as, constituem o lugar da verdade e da falsidade.

Não é, pois, no símbolo (que é convencional), que se encontra a revelação da coisa; é na composição e na separação dos símbolos, isto é, na proposição, que a relação de significação se muda em relação de verdade. Desse modo, há significação, mas “verdade” ou “falsidade” não há nas palavras, e nem mesmo num discurso qualquer, apenas no discurso que é “apofântico”, a proposição.

A separação entre o símbolo e a coisa garante-lhe sua função significativa. A supressão dessa distância se faz, entretanto, através da proposição, lugar privilegiado onde se obtém a revelação. Não é, pois, a função significativa, mas a função de expressão dos juízos que garante à proposição uma relação de verdade com as coisas.

Separam-se, assim, expressamente, em Aristóteles, o problema da justeza da denominação (*orthôtes*) e o problema da “verdade”. Já não se trata, mesmo, de discutir uma “justeza” dos nomes, a qual se referiria a uma relação direta da forma sonora com a coisa designada — o que, aliás, implicaria a busca de uma relação causal entre a coisa e a forma da palavra, contrariando a preocupação básica de Aristóteles com a finalidade e, portanto, com a *função* do nome nas relações humanas. O que há é uma designação da coisa através da palavra; esta é um símbolo (forma e conteúdo) que está pela coisa, já que não podemos usar as próprias coisas na linguagem. A seu significado o nome é sempre adequado, pois os nomes (forma sonora com conteúdo semântico) são instituídos convencionalmente.

Desse modo, também para Aristóteles (como já fora para Platão) não se trata simplesmente de decidir entre *phýsis* e *nómos* na verificação das relações entre a linguagem e o que ela diz.

3 — AS CATEGORIAS

Aristóteles elabora um sistema de conceitos pela linguagem, embora também apesar da linguagem, já que o *lógos* nem sempre declara os seres sinonimicamente (*synonýmos*).

Aplicando-se primordialmente ao estudo do real, à ciência das coisas, por isso mesmo ele se aplica especialmente ao modo como as coisas são ditas *.

* AUBENQUE (I, p. 99), entretanto, chega a dizer que Aristóteles tem certa desconfiança em relação à linguagem, e oferece expressões como “raciocínios de maneira verbal e vazia” (*Ética a Eutidemo* I, 8, 1217b 12).

O discurso judicativo faz a declaração dos seres que é revelação, porque reflete a relação entre eles. O exame da proposição é o exame do modo de dizer os seres segundo uma ligação (*Categorias*, 1a. 16-17), e nela se põem, como vimos, seres gramaticais.

Entretanto, os seres se declaram também ontologicamente. Há uma pluralidade de seres e cada um deles é também dito fora da proposição. As coisas que se dizem "sem nenhuma ligação" (*Categorias*, 1b 25) são as *categorias*. Enquanto o nome é apenas o sinal sonoro da coisa, a categoria é a voz não apenas como o sinal, mas como expressão da natureza da coisa, como definição e como conceito.

Por isso, nas *Categorias*, especialmente, pode-se ver um exame dos quadros de linguagem em paralelismo com o exame dos quadros metafísicos*.

Qualquer resposta à pergunta *que é? (ti esti?)* tem um lugar entre as categorias. Elas compreendem, portanto, todas as palavras possíveis ou declarações possíveis e, assim, correspondentemente, compreendem todos os conceitos e todas as coisas. São elas divididas em dez gêneros, os gêneros dos enunciados, que são as diferentes maneiras pelas quais se atribuem propriedades às coisas, representando

as diferenças existentes no mundo real (*Metafísica*, 49a 7, 225b 5). Na base da classificação dos modos de predicação e de ser esta a idéia de que o mundo físico é composto de coisas (substâncias) que têm certas propriedades (acidentes), que desencadeiam ou sofrem certos processos, que mantêm entre si certas relações ou que têm uma certa extensão ou localização no espaço ou no tempo. Assim, diz Aristóteles que as *categorias*, isto é, as coisas que se dizem sem entrar em uma combinação, são: a substância; ou quanto; ou qual; ou em relação a quê; ou onde; ou quando; ou estar em posição; ou estar em estado; ou fazer; ou sofrer (*Categorias*, 4, 1b 25).

O ponto fundamental da teoria aristotélica das categorias é o pensamento da estrutura da língua como correspondência da estrutura do mundo.

Na verdade, entre a gramática e a lógica as relações são muito complexas. Se alguns afirmam que a doutrina aristotélica das categorias é um reflexo da estrutura gramatical do grego**, outros, de outro lado, afirmam que as distinções da gramática tradicional são puramente lógicas. Na verdade, essa petição de princípio só faz mostrar que as relações são íntimas entre as categorias de ser, de significar e de compreender.

* Temos de considerar mais significativo ainda o fato de se sentir esse paralelismo quando aparentemente está sendo tratado algo que nada tem que ver com a linguagem. Um exemplo é a *Física*. J. M. LE BLOND (4, cap. 4, § 1.^o) mostra como, na *Física*, Aristóteles apela para o modo de dizer, fazendo uma análise das formas lingüísticas que expressam as teses.

** Émile BENVENISTE (3, p. 63-74), querendo demonstrar que as categorias de pensamento e as de língua são diferentes, afirma que as categorias aristotélicas são categorias de língua e não de pensamento. Esses predicados não correspondem a atributos descobertos nas coisas, mas a uma classificação que emana da própria língua. Assim, as seis primeiras categorias são nominais: *ousía* (substantivo), *posón* e *poión* (adjetivos de dois tipos determinados, com um estatuto mórfico bem definido na língua grega); *prós ti* (adjetivos de dois tipos; um em que a forma indica a relação e outro em que é o conceito que a indica); *poiú*, *poté* (classe das denominações espaciais e temporais, respectivamente, sendo que ambas se mantêm pela simetria com formas do quadro da língua). A unidade dessas seis categorias nominais é encontrada nas particularidades da morfologia grega, portanto, lingüisticamente. As outras quatro categorias são verbais: *keíthai* (voz média), *échein* (perfeito), *poiéin* (voz ativa), *páskhein* (voz passiva).

Segundo Benveniste, quando Aristóteles estabeleceu essas categorias, tinha em vista recensear todos os predicados possíveis, sob a condição de que cada termo fosse significativo no seu estado isolado, não dentro de uma composição. Inconscientemente ele tomou por critério a necessidade empírica de uma expressão distinta para cada um dos predicados. O que encontrou foram as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas, já que é por suas diferenças que essas formas e essas classes têm significação lingüística. Assim, pensando definir os atributos dos objetos, ele pôs seres lingüísticos, pois é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e classificá-las.

O que Benveniste quer provar é que o que podemos dizer delimita e organiza o que podemos pensar; a língua fornece a configuração fundamental das propriedades das coisas desconhecidas pelo espírito. Aristóteles nos estaria dando, assim, por geral e permanente, um quadro que não é senão a projeção conceptual de um estado lingüístico dado.

Deve-se observar, por outro lado que esse número de dez categorias só reaparece, em Aristóteles, nos *Tópicos*, 103b 23 (outra de suas prováveis primeiras obras). Nas outras obras só há oito categorias (não aparecem a posição e o estado), como se formassem uma lista completa. Veja-se a *Física* V, 225b 5-9.

As categorias são as declarações mais gerais sobre o ser ou sobre os modos diferentes em que o ser é declarado. A categoria é distinta da coisa — porque é um modo de dizer a coisa —, mas está congruente com ela na medida em que é também o modo através do qual o homem elabora o conceito.

A combinação entre os modos de ser e os modos de dizer cria a classificação quádrupla que Aristóteles apresenta nas *Categorias* (cap. 1) e que leva a compreender por que essa obra inicia com as definições de *homónyma*, *synónyma* e *parónyma*. Segundo o modo de ser e de ser dito, tudo o que é se classifica ou como substância (o que não está em nenhum sujeito) ou como acidente (o que está em um sujeito) ou como universal (o que se diz de outro) ou como individual (o que não se diz de outro). Daí resulta que tudo o que é ou é substância universal (substância segunda, os gêneros e espécies) ou é acidente individual ou é acidente universal ou é substância individual (substância primeira, o indivíduo). Conforme a classe daquilo que é dito, define-se de diferente maneira o dizer. Somente se o que é dito é uma substância segunda, o que se declara é o conceito, e, então, o dizer se faz sinonimicamente: há identidade de nome e *lógos* (como quando *homem* é atribuído a

Sócrates ou *animal* é atribuído a *homem*, predicacões que têm por sujeitos seja indivíduos seja espécies). Se o que é dito não é uma substância segunda, o dizer se faz homonimicamente: há identidade de nome — mas apenas de nome — (como quando *branco* é atribuído a *corpo*) ou paronimicamente (como quando alguém é chamado *gramático* porque possui a *gramática*).

Apenas o “dizer sinonimicamente” é rigorosamente uma declaração do ser porque declara nome e *lógos* (2 a 22). Como é impossível a correspondência biunívoca entre as coisas, infinitas, e as palavras, em número finito, é inevitável que um nome signifique necessariamente uma pluralidade de coisas, que o dizer se faça muitas vezes homonimicamente, isto é, seja a declaração de um mesmo nome para diferentes conceitos. Aristóteles compreende que a homonímia está na natureza da linguagem, e aí temos a definição de *homónyma* abrindo as *Categorias*. É da essência da linguagem que haja uma pluralidade de coisas significadas (*Refutações sofisticas*, I, 165a 12). Acidental e anômala, porém, é a exploração que os sofistas fazem* da pluralidade de significações**.

Assim, ao discutir o sistema de noções, Aristóteles faz uma análise da linguagem***.

* Observar que, na *Retórica* (1404b 37 et seq.), Aristóteles diz que os homônimos são úteis ao sofista porque lhe permitem os artifícios e que os sinônimos são úteis ao poeta. *Homonímia* não significa, aí, apenas a similitude de nomes, mas a equivoicidade.

** Ver, *Metafísica*, Z, I, 1028a 10; E, 4, 1028a 5; A, 7, 1017a 2; *Tópicos* I, 18, 108a 18.

*** J.M. LE BLOND (4, p. 316-9) mostra como esse paralelismo se evidencia na apresentação das três características principais da substância (*Categorias*, 5, 2a 11). As três características da substância — ser primeiro (essência), sujeito e indivíduo — só são plenamente explicadas quando ligadas ao julgamento e à proposição.

A primeira é a nota fundamental da substância, a que vem significada através do termo *ousía*; substância é o que é. Só a substância é, simplesmente. Então, todo o resto — quantidade, qualidade, relação — é afirmado em relação a esse absoluto. Aliás, é trazendo muitos exemplos de proposição que Aristóteles, nas *Categorias*, explica esse caráter da substância. O tipo natural e fundamental de proposição é aquele em que a afirmação se faz em referência a uma substância, todos os outros são derivados desse e tiram dele o seu valor.

A segunda característica tem relações mais evidentes com a linguagem: substância é o que não é senão sujeito da proposição. O termo *hypokeimenon* significa “substrato”; é o que é “susceptível de receber predicacões”. Essa significação vem sugerida na própria definição aristotélica de substância: “o que não é atribuído a nenhum sujeito e não é inerente a nenhum sujeito”.

A terceira característica decorre do estudo da substância como sujeito: aquilo que nunca é predicado. Só o indivíduo é sujeito último; as coisas individuais não podem ser predicado.

4 — LÓGOS E LÉXIS

Aristóteles não examina, porém, apenas a função de *lógos* em vista de uma concepção ontológica e de uma formalização lógica. Dedicando-se a todas as ciências, ele chega às ciências práticas. Classificando as atividades do homem, distingue de uma função teórica da linguagem humana uma função prática por meio da qual não apenas se dizem as coisas ou se dizem as relações entre as coisas, e, portanto, a verdade das coisas. Diríamos que Aristóteles se aplica a outras funções da linguagem além da representativa e examina a natureza específica dos discursos literários.

Na *Retórica* se vê a linguagem na sua função de apelo. Linguagem da vontade e não exclusivamente da razão, a linguagem retórica comporta predominantemente o conselho, e oferece a exame não apenas as proposições mas todos os elementos que servem ao propósito da persuasão e compõem a arte retórica. Por isso o que sobleva é a preocupação de dizer com verdade, mas dizer bem. Na *Poética* o dizer-bem se prende à arte da *poiesis*, definida como arte da imitação. A função da atividade poética é imitativa, conceito que vem de Platão e que, de certo modo, degrada essa atividade*, se a examinarmos em confronto com a concepção vigente na formação do pensamento grego, quando a poesia era, então, instauradora das coisas.

Embora haja sempre em Aristóteles uma preocupação muito grande com o modo de dizer, é nas obras em que se examina a linguagem na sua função prática que, na verdade, se abre um campo específico para o exame da *léxis*** . Ela é o objeto central e seu exame significa o exame da natureza específica do aspecto poé-

tico e retórico da linguagem. A separação entre *lógos* e *léxis*, que há de ser fundamental no encaminhamento dos estudos lingüísticos, liga-se, primordialmente, à consideração da linguagem mais sob o ângulo da eficiência do que sob o da revelação das coisas. A linguagem eficiente era o campo em que se moviam os sofistas, mas o contexto agora se enriquece porque, enquanto os sofistas faziam de conteúdo e elocução um só corpo, privilegiando a elocução, Aristóteles, quando se move no campo da *léxis*, tem como acertado que existe um campo do *lógos*, e tem estabelecida uma teoria que relaciona os dois domínios.

Na *Retórica* e na *Poética* o dizer é o que está mais visivelmente em primeiro plano, embora ele sempre represente uma articulação das modalidades do ser. Há um estilo que se destaca, uma *léxis*, que não tem as mesmas características daquela linguagem cuja finalidade é especificamente a expressão do ser. A elocução é o objeto especial de exame e, a partir daí, já se observa que há diferentes características na linguagem em verso e em prosa (*Retórica* III, 1404b 12 e 14), embora o enunciado tanto seja efetivo em verso como em prosa (*Poética*, 6, 1450b 14).

4.1 — A RETÓRICA

Na *Retórica*, Aristóteles estuda a *léxis* da arte retórica. Daí o interesse pela composição, pelos recursos de linguagem, pelas qualidades do estilo e seus defeitos. A ordem de interesse é a conveniência ao estilo da prosa. Regulam-se empregos para que haja correção segundo o espírito da língua (*tò helenízein*, III, 5, 1407a), elevação (III, 6, 1407b) e conveniência (III, 7, 1407b) do estilo, adequação do estilo ao gênero do discurso***. No estudo sobre as

* Entretanto, relativamente a Platão, Aristóteles restaura o valor da atividade poética.

** Entende-se em *léxis*, ao mesmo tempo, "estilo" e "elocução". Na *Poética* Aristóteles define *léxis* como "expressão", "interpretação (*hermeneia*) dos pensamentos através das palavras" (6, 1450b 15).

*** Não Capítulo sobre correção, III, 5, 1407b.

qualidades do estilo, fala-se: dos nomes e dos verbos, para verificar a propriedade de seu emprego (III, 2, 1404b); dos homônimos e dos sinônimos, para examinar a sua utilidade (III, 2, 1405b); das palavras compostas, para condenar seu abuso como uma das causas da frieza de estilo (III, 3, 1405b); dos diminutivos, como um recurso que pode ser empregado com prudência e medida; da metáfora, para julgar de sua eficácia, conveniência e inconveniência (III, 2, 1405a), ou seu perigo (III, 3, 1406b); dos epítetos (III, 2, 1405b) e do nome, em contraposição à definição, também para julgar das qualidades do estilo (III, 6, 1407b).

Assim, as observações da *Retórica* dizem respeito ao efeito do discurso, especialmente quanto ao cumprimento de sua finalidade, isto é, especialmente quanto à sua eficiência como discurso retórico. Haja vista a própria noção de *syndesmos* (III, 5), “conectivo”, “conjunção”, que representa o aparecimento de mais de uma parte do discurso* e, no entanto, não vem, absolutamente, como fato de gramática, mas como recurso de estilo: a função da conjunção é fazer de muitas coisas uma unidade. Haja vista, ainda, a referência a nomes compostos (III, 2 e III, 7) e a nomes inventados (III, 2), feitas de passagem e, exclusivamente, quanto à conveniência de emprego.

Sem que haja, é claro, uma exposição gramatical, podemos destacar, porém, algumas observações que concernem a problemas que chamariamos *gramaticais* (gêneros que *devem* ser distinguidos e números — III, 5, 1407b) e, mais ainda, algu-

mas posições que vislumbram preocupações e procedimentos da ciência gramatical contemporânea:

— as observações sobre a correção no uso dos conectivos (III, 5, 1407a) referem-se a problemas de distribuição: em que ordem e distância devem ser colocados;

— as observações sobre solecismo (III, 5, 1407b) trazem o problema da subcategorização para a inserção lexical, referindo-se à seleção que se processa entre o verbo transitivo e seu objeto direto: há solecismo quando não se atribui a duas palavras coordenadas o termo que convém a ambas; como, por exemplo, quando *som* e *cor* são construídas, ambas, com o verbo *ver*, enquanto deviam ser construídas com o verbo *perceber*;

— as referências à possibilidade de substituição de um nome pela definição, e vice-versa (III, 6, 1407b), mostram uma consciência do princípio de comutação e, portanto, das relações paradigmáticas na língua, com possibilidade de substituição, no mesmo ponto do enunciado, de sintagmas de igual distribuição: a definição pode empregar-se pelo nome, se se quer ampliar o estilo e vice-versa, se se quer obter concisão.

4.2. — A POÉTICA

Na *Poética*, a *léxis* também constitui um dos elementos** de um grande complexo que é uma arte, a arte poética, à qual, em Aristóteles, é definida como a arte da imitação***. A *léxis* que convém à

* No *Organon* só aparecem reconhecidos o nome e o verbo (parte I e II do *Da interpretação*). Aí, a definição dessas partes do discurso se faz, via de regra, por referência à existência ou não de significação. Significativos são apenas o nome e o verbo, e é entre essas duas partes do discurso que, como vimos, se abrigam as dez categorias (nominais e verbais). Elas são as duas únicas partes que merecem figurar nos livros em que o *lôgos* está em exame. Por outro lado, na *Retórica* e na *Poética* não reaparecem aquelas dez categorias que se distribuem entre o nome e o verbo.

** Os outros elementos são: mito, caráter, pensamento, espetáculo cênico e melopéia. Na hierarquia, a elocução é o quarto elemento e é definido como o “enunciado dos pensamentos por meio das palavras, enunciado que tem a mesma efetividade em verso ou em prosa”. (Cap. 6)

*** Observar que, na *Retórica*, Aristóteles diz que os nomes são imitações (III, 1, 1404a 21). Essa imitação se refere, porém, à função poética, não significando adesão à teoria iconográfica platônica. É por convenção que os nomes são imitações.

poética não é a que convém à retórica, porque sua função é outra. Também essa *léxis* não é um dizer filosófico comprometido com a verdade das coisas, mas é um dizer que é uma criação daquele que imita.

É nos capítulos 20, 21 e 22 da *Poética* que Aristóteles trata da elocução na poesia: Como “partes da elocução”, ele apresenta exatamente as partes da cadeia falada. Por isso está aí desde o fonema até a proposição, com passagem pela sílaba e pelas palavras (nome, verbo e conjunção). Essa apresentação da análise do que hoje chamamos *significante* se faz em referência ao significado. Fica bem clara aí — quando ele se preocupa especificamente com um dos elementos da arte poética, justamente o que corresponde à linguagem como sonoridade — a separação entre o real e a linguagem. O *significante* se define em referência ao significado, e essa ligação é prova da separação. Já em Platão, elementos se punham, como formadores de sílabas; estas, como formadoras de palavras; e estas, como formadoras do discurso.

A colocação em cadeia — pondo na mesma instância fonema e palavra — significa o assentamento da teoria geral sobre base semântica. É uma teoria do sentido, que, por isso mesmo, faz intervir a *significação* nas definições de cada uma das etapas da constituição da cadeia sonora. Entretanto, aí, nesse contexto da *Poética*, o que se põe em relevo não é o problema em si do significado, com o exame da revelação das coisas ou da relação de significação, mas é, especificamente, a prática do emprego do *significante*, a elaboração da arte da *poiesis*, isto é, da arte da composição poética.

Como na *Retórica*, as noções concernentes à *léxis* são, na *Poética*, além de definidas — o que ocorre mais cuidadosa-

mente na *Poética* que na *Retórica* —, apresentadas na transmissão de uma “arte”, embora sempre se subordinem a um exame teórico. Depois de se definirem, por exemplo, as espécies de nomes, como o simples, o duplo (21, 1457a) e, depois, o corrente, o estrangeiro, o inventado, o alongado, o abreviado, o alterado e a metáfora (21, 1457a-b), recomenda-se o uso discreto de todas as espécies, uma mistura na medida certa, e apontam-se os nomes mais apropriados aos diferentes versos. Consideram-se, ainda, os gêneros dos nomes e indicam-se os gêneros dos nomes gregos, conforme a terminação (21, 1457b).

Ao examinar a arte retórica e a parte poética, Aristóteles acentua, pois, as qualidades que devem ser procuradas para o adequado modo de dizer, isto é, cuida da *léxis*. Entretanto, o que está em primeiro plano não é uma linguagem ornamentada, como simples exercício de palavras, mas é sempre a eficiência de comunicação garantida pelo conveniente uso dos recursos de elocução. O interesse pela qualidade da elocução está diretamente ligado ao interesse na eficiência do modo de dizer.

A atenção à *léxis* põe em evidência o *significante*, mas aponta sempre para o *lògos*, pois a linguagem com qualidade é, acima de tudo, o que diz bem o que tem de ser dito.

É, pois, numa sistematização de base nocional, assentada sobre o fundamento da lógica, que vemos a consideração da linguagem preparar-se para ser abstraída da filosofia, trabalho que levará à constituição da gramática, ciência que nascerá normativa, sobre o modelo da arte de bem-dizer, tanto na prosa como na poesia. E através de toda a tradição ocidental a gramática procurará pôr as normas da eficiência na comunicação, bem como da excelência na expressão.

NEVES, M.H. de M. — The linguistic theory in Aristotle. *Alfa*, São Paulo, 25:57-67, 1981.

*ABSTRACT: As an expression of everything that is, the language deserves Aristotle's great attention. He defines the nature of *lógos* (Politics) and examines its function in view of an ontological (Categories) and logical conception (On Interpretation). He also distinguishes a practical function of language, and, thus, opens a new field for examining the *léxis*, the rhetoric (Rhetoric) and poetic (Poetics) elocution. The attention given to the *léxis* emphasizes the significant but the efficiency of the communication, guaranteed by the convenient use of the elocution resources always lies in the foreground.*

KEY-WORDS. Aristotle; lógos; léxis; meaning; convention; statement.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edições de Aristóteles

- ARISTOTE. *Les réfutations sophistiques*. Nouvelle traduction et notes par J. Tricot. Paris, J. Vrin, 1950.
- _____. *Métaphysiques*. Nouvelle traduction et notes par J. Tricot. Paris, J. Vrin, 1933.
- _____. *Poétique*. Texte établi et traduit par H. Haddy. 5.ed. Paris, Les Belles Lettres, 1969.
- _____. *Politique*. Texte établi et traduit par Jean Aubonnet. 2. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1968. Tome I.
- _____. *Rhétorique*. Texte établi et traduit par M. Dufour et A. Wartelle. Paris, Les Belles Lettres, 1973.
- _____. *Topiques*. Texte établi et traduit par Jacque Brunschwig. Paris, Les Belles Lettres, 1967.
- ARISTOTELIS. *Categoriae et liber De interpretatione*. Recognovit brevique adnotatione critica instruit L. Minio-Paluello. Oxford, E. Typographeo Clarendoniano, 1956.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio e introdução de Eudoro de Sousa. Porto Alegre., Globo, 1966.
- ARISTOTLE. *The Physics*. With an English translation by P.H. Wicksteed, M.A. and F.M. Cornford. London, Loeb, 1929. V.I.

OBRAS AUXILIARES

1. AUBENQUE, Pierre. *Le problème de l'être chez Aristote*. Paris, PUF, 1972.
2. BEAUFRET, Jean. *Dialogue avec Heidegger III*. Paris, Minuit, 1974.
3. BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
4. LE BLOND, J. M. *Logique et méthode chez Aristote*. Paris, J. Vrin, 1973.